

Agroindústrias em Santana do Livramento: Potencialidades e Entraves a partir da Visão dos Empreendedores e do Poder Público Municipal

Ana Paula Rodriguez da Silva
Orientador: Prof. João Garibaldi A. Viana

RESUMO

Este artigo aborda como tema central, a questão das agroindústrias de Santana do Livramento, suas potencialidades e entraves a partir da visão dos empreendedores e do poder público municipal. O objetivo central é analisar o perfil das agroindústrias que se encontram em funcionamento, e os requisitos para sua implantação e consolidação, bem como os pontos críticos desse processo. Para isso, a pesquisa contempla referenciais teóricos que abrangem desde breve histórico do agronegócio e o papel da agroindústria, até as etapas para a implantação de um empreendimento agroindustrial, seguindo as regulamentações e requisitos sanitários exigidos pelo poder público. A metodologia utilizada foi método misto, incluindo técnicas qualitativas e quantitativas, realizou-se a coleta de dados secundários e entrevistas semiestruturadas aplicadas a uma amostra de agroindústrias santanenses e aos agentes públicos municipais responsáveis por esse setor da administração pública. Constatou-se que existem diversos entraves durante a regularização dos empreendimentos, bem como após consolidados, com origens públicas e privadas, como por exemplo, a má conservação das estradas rurais, a falta de políticas públicas municipais voltadas para as agroindústrias, falta de mão de obra qualificada para as diferentes produções, entre outros. Também se observou que empreendedores e poder público caminham juntos na busca pelo crescimento desse setor, existe uma grande colaboração a fim de melhorar e agilizar os processos segundo as normas legais, sendo as potencialidades identificadas.

Palavras-chave: agroindústria; alimentos; poder público; legislação.

RESUMEN

En este artículo se analiza en cuestión central, el tema de las agroindustrias de Santana do Livramento, sus potencialidades y obstáculos desde la perspectiva de los empresarios y el gobierno municipal. El objetivo principal es analizar el perfil de las agroindustrias que están en funcionamiento, y los requisitos para su aplicación y la consolidación, entre los puntos críticos del proceso. Para eso, la investigación contempla marcos teóricos que van desde la breve historia del agro negocio y el papel de la agroindustria hasta los pasos de la implantación de una empresa agroindustrial, siguiendo las normas y los requisitos sanitarios exigidos por el gobierno. La metodología utilizada fue el método mixto, incluyendo técnicas cualitativas y cuantitativas, se recogió datos secundarios y entrevistas semi estructuradas aplicadas a una muestra de agroindustrias santanenses y funcionarios públicos municipales responsables de este sector de la administración pública. Se nota, que hay varios obstáculos durante la regularización y después de consolidada, con fuentes públicas y privadas, por ejemplo, el mal mantenimiento de los caminos rurales, la falta de políticas públicas municipales para las agroindustrias, la falta de mano de obra calificada para las diferentes producciones, entre otros. Pero también señaló que los empresarios y el gobierno caminan juntos en la búsqueda de crecimiento en este sector, hay una gran colaboración entre ellos, las autoridades públicas con el fin de mejorar y agilizar los procesos y las agroindustrias para enmarcar de acuerdo a la normativa legal, siendo sus potenciales identificados.

Palabras- claves: agroindústria; alimentos; gobierno; legislación.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo desenvolve uma linha de pesquisa voltada as agroindústrias do município de Santana do Livramento, tema de relevância atual devido à região da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul ser conhecida por suas atividades agropecuárias, como suas principais origens produtivas. A região fronteiriça é vista pelo restante do estado como terra de latifúndio, deixando de ser percebido o pequeno estabelecimento rural, que enfrenta de forma mais aguda problemas de natureza econômica, social e a falta de políticas públicas específicas sem precedentes. O município de Santana do Livramento, situado nesta fronteira, fazendo divisa com o Uruguai, é um exemplo de como se desenvolveu este crescimento econômico e da recessão das origens produtivas ao longo de sua história (TORRES, 2001).

Partindo desse princípio, deve-se atentar para o papel econômico da agroindústria, pois se observa um desconhecimento de quais atividades ela engloba, muitas vezes confundindo-se somente com as atividades no campo, como, plantio, colheita e ordenhas, e principalmente a falta de informações de como ocorre a implantação e consolidação de um empreendimento desse segmento no município.

Por esse motivo, há necessidade de atentar-se inicialmente, para alguns conceitos que norteiam o desenvolvimento desta pesquisa, como a definição de *agribusiness* que segundo Batalha (2008, p.5) é “a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”, ou seja, o agronegócio, que segundo Megido (2003) *apud* Oliveira (2008) “(...) é um sistema integrado. Uma cadeia de negócios, pesquisa, estudos, ciências, tecnologia, informação, desde a origem vegetal/animal até produtos finais com valor agregado (...)”.

Conforme Batalha (2008), na década de 1960 surgiu a expressão análise de *filière*, que traduz a ideia de cadeia de produção agroindustrial. A partir dessa época a cadeia produtiva é definitivamente utilizada como um instrumento dos pesquisadores brasileiros, que passaram a dispensar a devida atenção ao agronegócio nacional.

Com a expansão das atividades agroindustriais, surgiram novas técnicas de produção, novos produtos, também à necessidade do registro legal desses produtos e a regulamentação dos empreendimentos agroindustriais ligados ao grande e pequeno produtor. Por isso legislações foram criadas, tornando o poder público um agente essencial na implantação de políticas públicas que subsidiem os empreendedores e fiscalizem essas atividades.

Sabe-se que a qualidade do produto a ser processado começa em sua origem e provém, em parte, de um bom manejo no processamento agroindustrial. Entretanto, essas ações por vezes, ocorrem sem planejamento e sem base nas normas vigentes de segurança alimentar. É notável que diariamente os consumidores estejam atentos em relação à qualidade sanitária dos produtos. Da mesma forma, o poder público busca garantir a produção de alimentos saudáveis, sem nenhum tipo de contaminação e principalmente o bem estar e a saúde pública, por meio da regulamentação de normas sanitárias específicas. Segundo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 “Art 6º. São direitos básicos do consumidor: I- proteção da vida, saúde e segurança contra riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos” (BRASIL, 1990).

A partir de normatizações o poder público passa a inserir a consciência e a reponsabilidade aos empreendimentos, e no caso das agroindústrias, induzir a realização de boas práticas de fabricação, contando com o auxílio de assessoria técnica, garantindo

melhores condições no desenvolvimento e na produção de alimentos que respeitem os aspectos sanitários ditados pela legislação vigente.

Na tentativa de reduzir a informalidade desse setor, o governo trabalha na criação de políticas públicas que contribuam para as atividades do empreendedor. Nesse sentido, foi regulamentada a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul Lei 13.921,17 de janeiro de 2012, que diz “Art. 1º (...) tem por finalidade a agregação de valor à produção agropecuária, à atividade pesqueira (...) desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional da população e ao incremento à geração de trabalho e renda” (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Neste cenário, as agroindústrias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento sustentável, que segundo Binswanger (1997) apud Batista e Albuquerque (2007) “(...) significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente”, contribuem para a criação de empregos, gerando o sustento de muitas famílias. Para o poder público torna-se um desafio constante os aspectos relativos à sua implantação e seu efetivo funcionamento, que terá como resultado a arrecadação de receitas para o município.

Assim torna-se relevante uma linha de investigação a fim de compreender quais os processos necessários para a implantação de uma agroindústria, quais as etapas que o empreendedor desconhece e por muitas vezes tem a ideia de impossibilidade na formalização de suas atividades e qual a legislação que rege esse processo de agroindustrialização. Por outro lado, é necessário também identificar o perfil das agroindústrias instaladas e quais ações o poder público disponibiliza e viabiliza aos empreendedores que desejam formalizar-se, além de identificar as principais dificuldades que ocorrem durante o processo de implantação de uma agroindústria, bem como na sobrevivência dos empreendimentos ao longo de sua atuação no mercado.

Dentro desse contexto surge a seguinte questão: A partir de uma visão dos empreendedores e do poder público, qual é o perfil das agroindústrias de Santana do Livramento e quais são os principais entraves e potencialidades para sua implantação e consolidação no município?

Para auxiliar na resolução da questão problema, foram formulados objetivos que nortearam esta pesquisa, sendo o objetivo geral: analisar o perfil das agroindústrias de Santana do Livramento e os requisitos críticos para sua implantação e consolidação. Os objetivos específicos norteadores foram: a) delinear o processo de implantação de uma agroindústria com base nos requisitos legais do município; b) verificar a configuração da agroindústria no município de Santana do Livramento; c) identificar os principais entraves e potencialidades na implantação e consolidação das agroindústrias, na visão dos empreendedores e do poder público municipal.

Assim, através desta pesquisa, busca-se demonstrar como ocorre o processo de formalização de uma agroindústria, com o objetivo de facilitar a realização e a visualização dos subprocessos envolvidos, esclarecer pontos referentes à parte burocrática e principalmente detectar os entraves e as potencialidades das agroindústrias, na visão do poder público municipal. Ainda, busca-se identificar o perfil atual das agroindústrias do município, devido ao papel essencial desse setor no desenvolvimento econômico santanense, gerando rendas às famílias, diversificação nas produções locais, e por ocupar um significativo espaço em várias cadeias do consumo popular.

2 AGRONEGÓCIO E O PAPEL DA AGROINDÚSTRIA

Os pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg afirmavam que a agricultura já não poderia ser vista de forma separada dos outros atores responsáveis por todas as operações que assegurariam a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. Classificavam as atividades agrícolas como componente de uma ampla rede de atores econômicos, desde o processo de produção de insumos, o momento da transformação industrial até armazenamento e distribuição de produtos agrícolas e seus derivados (BATALHA, 2008).

No ano de 1957, os mesmos pesquisadores criaram o termo *agribusiness*, ou seja, agronegócios como sendo, o somatório total das atividades de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das atividades de fabricação nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição desses produtos, e itens fabricados a partir deles (BATALHA, 2008).

De acordo com Mendes e Junior (2007), o agronegócio abrange a produção, o processamento, a transformação e a distribuição do produto final, num complexo de funções interdependentes. Também fazem parte desse complexo o mercado, as entidades comerciais, o poder público, pois todos integram e cooperam para que o produto final chegue ao consumidor.

A documentação sobre pesquisas referentes aos entraves ligados ao sistema agroindustrial aponta, no panorama internacional, para dois principais conjuntos de ideias que originaram metodologias de análise diferentes entre si. Ainda que ultrapassadas, nos aspectos tempo e local de origem, estas duas metodologias, preservam alguns pontos em comum (BATALHA, 2008).

Uma das metodologias desses pesquisadores, referentes ao agronegócio, originou-se em 1968, quando Goldberg, passa a utilizar-se da ideia de *Commodity System Approach*, na língua portuguesa, Abordagem de Sistema de Commodities, para analisar o desempenho dos procedimentos na produção da laranja, trigo e soja nos Estados Unidos. Sua análise foi de extrema relevância, devido à constatação de que a simplicidade, a consistência teórica e o alto número de acertos nas previsões durante o processo produtivo, são fatores essenciais para o sucesso na produção agroindustrial (BATALHA, 2008).

Através de estudos e pesquisas, é natural que ocorra o avanço dos termos e novos conceitos originem-se. É relevante frisar que o conceito de agronegócio não deve ser confundido com o de agroindústria, já que o segundo é derivado do primeiro. Uma definição mais precisa sobre a diferenciação entre os termos diz:

No agronegócio, a agroindústria é a unidade produtora integrante dos segmentos localizados nos níveis de suprimento à produção, transformação e acondicionamento, e processa o produto agrícola, em primeira ou segunda transformação, para sua utilização intermediária ou final (MENDES e JUNIOR, 2007, p.48).

Segundo Ramos (2007), a agroindústria originou-se das atividades agrícolas, e nos remotos complexos rurais, a agroindústria beneficiava as matérias-primas e a sua conservação. Em seguida, as atividades industriais desenvolvidas nas fazendas foram classificadas como indústria rural. No passado, era extremamente difícil distinguir as ditas indústrias rurais das indústrias de fato, e isso ocorria com as atividades industriais e com a própria agricultura. Quando os produtos começaram a ser beneficiados, a

demanda aumentou, logo as atividades da indústria rural se tornaram independentes das questões agrárias, locomovendo-se para perímetros urbanos.

É importante saber que, a configuração de agroindústria moderna nada tem haver com os antigos capitais agrários, diz-se que:

A agroindústria moderna não é uma extensão da fazenda. Pelo contrário, estamos tratando de uma agroindústria constituída a partir de capitais provenientes também de outras órbitas que passam a se articular com a agricultura através de uma relação direta. Em outras palavras, a agroindústria moderna não é fruto da integração para frente dos capitais agrários, mas sim através da integração para trás principalmente do capital financeiro, comercial ou industrial (RAMOS, 2007, p.143).

Ramos (2007) ainda afirma que a composição da agroindústria inicia desde as atividades de transformação de matérias primas derivadas da agropecuária, em seu processamento inicial, e nesse caso muitas vezes esse período não corresponde ao primeiro ambiente de transformação. Ou seja, o primeiro ambiente de transformação, se for realizado por um conjunto de agentes em uma mesma plataforma de produção, ou até mesmo por uma empresa, o resultado no primeiro processamento será maior. O que irá determinar a estratégia dos agentes de produção e até que nível será realizada cada atividade, serão algumas características como, local da produção, tecnologia aplicada, período de análise e o ambiente da empresa.

A agroindústria tem papel fundamental no desenvolvimento econômico, isso se justifica por meio da agregação de valor aos produtos, resultantes do processo de agroindustrialização. Segundo Zuin e Queiroz (2006), quando se agrega valor a um produto, está buscando-se a diferenciação no mercado econômico. Nesse caso, as agroindústrias, agregam valor aos produtos, seguindo as normas exigidas, industrializando a produção, desenvolvendo um produto que permaneça no mercado e expandindo o alcance a novos segmentos.

A agroindústria brasileira deve dar continuidade à modernização. Assim, deve atender as demandas no segmento do mercado agroindustrial, a distinção de produto e a rapidez exigida pela distribuição. Atualmente o setor agroindustrial combina os recursos tecnológicos de ponta desenvolvidos em diversos setores com um acompanhamento diário da qualidade. Isso caracteriza um apontamento para o processamento agroindustrial, como um setor em grande desenvolvimento na estrutura industrial brasileira (RAMOS, 2007).

No cenário estadual, as atividades agroindustriais oriundas de agricultores familiares do Rio Grande Sul são muito intensas, e conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, realizados pelo IBGE, alcança 82.220 estabelecimentos. Dentre esses agricultores, 30.255 declararam ter renda com a atividade de agroprocessamento. Esse movimento resultou em 2007, em um valor bruto de produção de R\$ 231,3 milhões no Rio Grande do Sul. No cenário brasileiro, o valor chegou a R\$ 2,9 bilhões (EMATER, 2015).

O potencial das atividades que envolvem agroprocessamento leva os governos federal, estaduais e municipais a debater e implementar políticas públicas que facilitem a formalização desses empreendimentos e que visem um mercado de comercialização mais amplo. O Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, instituiu o Programa da Agroindústria Familiar, que atuará na formalização e implantação as agroindústrias, no desenvolvimento de benefícios e no incentivo à comercialização, tendo a Emater- RS como fundamental entidade que executa o cumprimento dessa política pública (EMATER, 2015).

2.1 PROCEDIMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA GROINDÚTRIA

As atividades realizadas no meio familiar ou com a participação de um grupo de colaboradores coeso, são uma estrutura que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos os empreendimentos. Através da troca de experiências, com uso de uma estrutura bem alicerçada nos parâmetros legais, torna-se possível explorar o potencial de cada um e, conseqüentemente, obter maior êxito financeiro, gerando renda as famílias e uma perspectiva de estabilidade aos empreendimentos agroindustriais. Mas o crescimento dos empreendimentos ocorre com mais facilidade quando os mesmos se enquadram nas normas e regulamentações sanitárias, que visam o bem estar público e a consolidação das empresas, tornando-as fidedignas através do registro responsável de sua marca e produtos.

Todo o estabelecimento agroindustrial em âmbito federal tem como norma geral o RIISPOA, que trata da Regulamentação da Inspeção Industrial Sanitária de Produtos de Origem Animal. O regulamento determina,

Art. 1º - O presente Regulamento estatui as normas que regulam, em todo o território nacional, a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Art. 2º - Ficam sujeitos à inspeção e reinspeção, previstos neste Regulamento, os animais de açogue, a caça, o pescado, o leite, o ovo, o mel e a cera de abelhas e seus subprodutos derivados.

§ 1º - A inspeção a que se refere o presente artigo abrange, sob o ponto de vista industrial e sanitário a inspeção "ante" e "post mortem" dos animais, o recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem, trânsito e consumo de quaisquer produtos e subprodutos, adicionados ou não de vegetais, destinados ou não à alimentação humana.

§ 2º - A inspeção abrange também os produtos afins tais como: coagulantes, condimentos, corantes, conservadores, antioxidantes, fermentos e outros usados na indústria de produtos de origem animal. (BRASIL, 1952, p.1).

Embora o RIISPOA, tenha sua criação em data muito antiga, alguns aspectos sanitários que atualmente tem ênfase, já haviam sido previstos, como, por exemplo, o funcionamento dos estabelecimentos que compreendam dependências mínimas, visando à saúde pública. Onde diz,

Art. 33 - Os estabelecimentos de produtos de origem animal devem satisfazer às seguintes condições básicas e comuns:

(...) 2- dispor de luz natural e artificial abundantes, bem como de ventilação suficiente em todas as dependências, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis;

3- possuir pisos convenientemente impermeabilizados com material adequado, exigindo-se, conforme a natureza do estabelecimento (...) devem ser construídos de modo a facilitar a coleta das águas residuais e sua drenagem para a rede de esgoto;

4- ter paredes e separações revestidas ou impermeabilizadas, como regra geral, até 2 m (dois metros) de altura no mínimo, e, total ou parcialmente quando necessário com azulejos brancos vidrados (...).

(...) 6- dispor de dependências e instalações mínimas, para industrialização, conservação, embalagem e depósito de produtos comestíveis, separadas por meio de paredes totais das destinadas ao preparo de produtos não comestíveis;

(...) 9- dispor de rede de abastecimento de água para atender suficientemente às necessidades do trabalho industrial e às dependências sanitárias, e, quando for o caso, de instalações para tratamento de água;

(...) 11- dispor de rede de esgoto em todas as dependências, ligada a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento, dotada de canalizações amplas e de instalações para retenção e aproveitamento de gorduras, resíduos e corpos flutuantes, bem como para depuração artificial, se for necessário, como desaguadouro final em curso de água caudaloso e perene ou em fossa séptica;

12 - dispor de rouparia, vestiários, banheiros (...). (BRASIL, 1952, p. 9).

Além de uma regulamentação geral, como o RIISPOA, existem normas especiais para cada ramo de agroindústria, dependendo do tipo de matéria- prima e do produto final agroindustrializado. Mas, para um futuro empreendedor, a primeira fase é a formalização no município, para isso existem algumas etapas específicas, resultando no registro oficial para agroindustrialização de produtos. As informações a seguir, baseadas no Serviço de Inspeção Municipal (2015), descrevem os procedimentos exigidos pelo poder público municipal de Santana do Livramento, para a implantação de uma agroindústria:

a) Etapa 1: o empreendedor deve ter Número de Inscrição Municipal e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ, de porte destes documentos dá início ao processo de Protocolo de Abertura de Agroindustrialização, junto à Secretaria da Fazenda do Município;

b) Etapa 2: de porte do número de protocolo do processo de abertura de agroindustrialização, realiza um requerimento ao coordenador do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), para a realização de uma vistoria prévia ao local onde planeja ser instalada a agroindústria. No momento da vistoria são esclarecidas dúvidas referentes às instalações físicas do local, quais as normas técnicas exigidas e de imediato uma orientação para a escolha de um Responsável Técnico para o acompanhamento das boas práticas da agroindústria. Este profissional deve ter formação condizente ao ramo da agroindústria a ser instalada; deve ser o agente orientador da agroindústria. O Responsável Técnico deve desempenhar sua função, regido por contrato de prestação de serviço, garantindo ao poder público e ao empreendimento a responsabilidade e o comprometimento sobre as atividades e produtos referentes ao processo de agroindustrialização.

c) Etapa 3: o empreendedor deve apresentar uma via ao SIM e outra ao Departamento Municipal de Meio Ambiente (DEMA), do Memorial Descritivo da Construção do Local, ou seja, plantas de situação e localização, plantas baixas de todos os prédios e pavimentos, plantas hidrosanitárias, com detalhes da rede de esgoto e abastecimento de água, layout da sala de produção com os equipamentos que serão utilizados. Esse documento deve ser elaborado por Engenheiro ou Arquiteto, com o objetivo de solicitar ao DEMA três licenças. A 1ª licença prévia (L.P), a 2ª licença de instalação (L.I) e a 3ª licença operacional (L.O). Caso a agroindústria não possua condições financeiras de contratar um profissional, o poder público através do Departamento Técnico Ambiental (DTA) viabiliza e fornece este serviço, desde que seja comprovada a extrema necessidade do empreendedor. Nessa etapa tanto SIM quanto o DEMA devem analisar e vistoriar o local, observando se realmente está apto a receber a agroindústria e se não irá agredir os critérios ambientais que devem ser respeitados. Se esse planejamento for avalizado pelo DEMA será emitida a licença prévia (L.P) e a certidão de zoneamento do local.

d) Etapa 4: quando as dependências estiverem adaptadas e os equipamentos organizados, o empreendedor deve apresentar ao SIM, um documento chamado

Memorial Econômico Sanitário, elaborado pelo Responsável Técnico (R.T) escolhido pelo empreendedor para atender a agroindústria. Esse documento irá descrever: os dados da empresa; números de colaboradores; ramo da agroindústria; produtos de fabricação; procedência da matéria-prima; passo-a-passo do processo de industrialização de cada produto; origem do abastecimento e depósito da água; natureza dos revestimentos tetos, pisos, paredes; ventilação e iluminação das dependências; proteção contra insetos nas janelas e portas; instalações de armazenamento e refrigeração; vestiário; refeitório; sala de inspeção destinada ao SIM; local e data, com a assinatura do R.T. No ato da entrega deste memorial deve ser anexada a cópia do contrato social da empresa e a cópia do contrato de prestação de serviço do Responsável Técnico, emitido pelo empreendedor demonstrando seu vínculo com o profissional. Nesta etapa o SIM avalia o documento, encaminha-o para o DEMA que, por sua vez, realiza uma vistoria no local, a qual será registrada por meio de fotografias, demonstrando a sala de produção, conforme Memorial Descritivo. Se o projeto for aprovado, a agroindústria recebe a licença de instalação (L.I).

e) Etapa 5: nesta etapa a agroindústria recebe um Número de Registro Provisório na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, válido pelo período de seis meses, podendo ser efetivado após esse tempo, contatando-se as condições legais para continuidade das atividades. Essa numeração será a identidade da agroindústria no mercado municipal.

f) Etapa 6: a partir desse momento o SIM, notifica ao DEMA que um novo registro foi aprovado. Sendo assim, o DEMA libera a licença operacional (L.O). O estabelecimento de agroindústria fica de fato apto e formalizado para seu funcionamento.

g) Etapa 7: o Responsável Técnico, a partir do recebimento do número de registro, fica autorizado a criação dos rótulos de cada produto, seguindo as normas técnicas legais. O empreendedor deve escolher uma gráfica legalizada e autorizada para desenvolver o layout dos rótulos e a impressão dos mesmos. O modelo do rótulo de cada produto deve ser encaminhado ao SIM, para a verificação das normas técnicas exigidas, antes mesmo da impressão. Se o rótulo for aprovado, o Responsável Técnico deve redigir um requerimento, solicitando a quantidade exata de rótulos, este documento será devidamente assinado pelo coordenador responsável pelo SIM. Feito isso, o requerimento é entregue a gráfica que somente assim, poderá imprimir os rótulos, respeitando a quantidade indicada no requerimento.

h) Etapa 8: nesta fase o Responsável Técnico deve elaborar um Manual de Boas Práticas, exigência para todas as agroindústrias municipais.

i) Etapa 9: respeitando as etapas da formulação de cada produto, o empreendedor poderá iniciar sua produção. No primeiro dia de produção o SIM, faz a coleta da água e da amostra de um dos produtos para realizar a análise físico-química (ph, cloretos, matéria orgânica, sólidos totais e dureza) e também o exame microbiológico (coliformes totais e fecais, contagem padrão em placa), com o objetivo de atestar a boa procedência dos produtos. Essa análise é realizada por um laboratório autorizado pelo poder público, onde previamente o empreendedor faz um cadastro da pessoa jurídica (CNPJ), firmando um compromisso de seriedade entre ambas as partes.

Cumprindo todas as etapas a agroindústria terá como responsabilidade, manter atualizado o atestado médico dos colaboradores da empresa, mapear através de planilhas a rotina diária da agroindústria, desde a limpeza dos equipamentos até histórico de produção e comercialização dos produtos agroindustrializados e estar constantemente apta às supervisões e inspeções do poder público municipal.

Essas etapas muitas vezes são concluídas com êxito, no entanto, há algumas agroindústrias que não conseguem implementar os requisitos legais. A partir, disso cabe uma investigação para traçar o perfil das agroindústrias instaladas, bem como as potencialidades e limitações da sua consolidação.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi de caráter descritivo, que consiste, de acordo com Gil (2010, p.27), na “descrição das características de uma determinada população”. Neste caso a pesquisa descritiva foi aplicada para descrever o perfil das agroindústrias que atuam no município, bem como identificar as normas exigidas pelo poder público municipal para sua efetivação (como exposto no item 2.1) e os entraves no processo de implantação de uma agroindústria em Santana do Livramento.

O método selecionado para a pesquisa é misto que inclui técnicas qualitativas e quantitativas. A pesquisa qualitativa segundo Malhotra (2006, p. 154) “(...) os resultados da pesquisa qualitativa são usados incorretamente quando são considerados como conclusivos e utilizados para fazer generalizações em relação à população alvo.” Considera também, que a pesquisa qualitativa possibilita percepções mais esclarecedoras para compreensão do problema. Enquanto isso, a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados (MALHOTRA, 2006).

Na etapa quantitativa foram utilizados dados secundários, que para Malhotra (2006, p 124) “(...) são de acesso fácil, relativamente pouco dispendiosos e de obtenção rápida”. Estes dados foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Santana do Livramento e serviram para traçar o perfil das agroindústrias do município, bem como para determinar as etapas necessárias para implantação das agroindústrias do município.

A etapa qualitativa consiste na coleta de dados primários a partir de uma entrevista em uma amostra de agroindústrias, a fim de auxiliar na verificação do perfil e na identificação dos principais entraves e potencialidades na implantação e consolidação das agroindústrias na visão dos empreendedores.

A amostra foi selecionada pelo método de amostragem não probabilístico, que para Hair Jr.(2005, p.246) “(...) não é necessariamente feita com o objetivo de ser estatisticamente representativa da população (...) o pesquisador usa de métodos subjetivos, tais como experiência pessoal, convivência conhecimento especializado, etc.”. A amostragem foi realizada por meio de uma seleção por conveniência, de 12 (doze) agroindústrias, de diferentes setores primários de produção.

Foi aplicada uma entrevista semiestruturada, nas 12 (doze) agroindústrias da amostra, em média 10 perguntas foram aplicadas aos empreendedores, tendo como referencia a descrição da configuração das agroindústrias ao longo das 9 (nove) etapas descritas no referencial teórico, buscando a identificação na visão dos empreendedores quantos aos problemas enfrentados durante e após sua regularização, bem como, os pontos positivos que a formalização propiciou aos empreendimentos.

Para entender a percepção do poder público sobre as potencialidades para consolidação das agroindústrias e identificar os pontos críticos na regularização, foi realizada uma entrevista com agentes públicos, em média 8 perguntas foram aplicadas. Sendo os agentes públicos denominados nesta pesquisa pelas siglas P1 e P2 atuantes no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), Departamento Técnico Ambiental (DTA) e Patrulha Agrícola, vinculados a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Santana do Livramento.

As técnicas de análise utilizadas nesta pesquisa compreenderam a estatística descritiva para analisar os dados secundários por meio de representação gráfica e tabular, a qual facilitou descobrir o perfil das agroindústrias do município; e a análise interpretativa para analisar as informações coletadas nas entrevistas semiestruturadas aplicadas nas agroindústrias e no poder público municipal, auxiliando também na identificação dos entraves de implantação e potencialidades de consolidação do setor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir apresenta-se a análise dos dados secundários desta pesquisa, a Tabela 1 expõe o número de agroindústrias regularizadas e atuantes, destacando o perfil de atuação no município.

Tabela 1 - Agroindústrias regularizadas em Santana do Livramento.

| Tipo de Produção | Número de Agroindústrias |
|------------------|--------------------------|
| Produtos cárneos | 43 |
| Produtos lácteos | 10 |
| Frigoríficos | 03 |
| Mel | 01 |
| Granja avícola | 01 |
| Total | 58 |

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Santana do Livramento (SIM, 2015).

A Tabela 1 elenca os diferentes tipos de produção agroindustrial, desenvolvidos em Santana do Livramento, bem como, o número de empreendimentos estabelecidos atualmente no município, que segundo o Serviço de Inspeção Municipal (SIM, 2015), desenvolvem produtos com grande diversificação como, por exemplo:

a) Agroindústrias de produção cárnea: carne moída resfriada bovina e de frango; embutidos bovinos, de frango e de ovinos; empanados bovinos, de peixe e de frango; charque bovino e ovino; kit feijoada; almôndegas bovinas; coxas de frango recheadas; croquetes de frango; bife bovino a role; matambre bovino temperado e recheado; fatiados de frios;

b) Agroindústrias de produção láctea: leite pasteurizado integral; bebida láctea fermentada; queijo colonial; queijo colonial temperado; queijo tipo boursin com orégano; queijo mussarela; queijo minas frescal; doce de leite; rapadura de doce de leite; rapadura de doce de leite com coco e com amendoim; ambrosia; queijo tipo feta (ovelha e vaca); iogurte grego; coalhadas;

c) Agroindústrias de produção frigorífica: abate de carne resfriada bovina e ovina, com e sem osso; miúdos resfriados de bovinos; miúdos congelados de ovinos; carne congelada de ovinos com e sem osso; embutidos de ovinos; carne ovina salgada com e sem osso.

d) Agroindústrias de produção apícola: mel de abelhas.

e) Agroindústrias de produção avícola: ovos em caixa com trinta dúzias, ovos em estojo de uma dúzia e meia dúzia.

A partir dos dados coletados, é possível identificar qual o perfil em percentual, da produção das agroindústrias santanenses, como mostra a Figura 1.

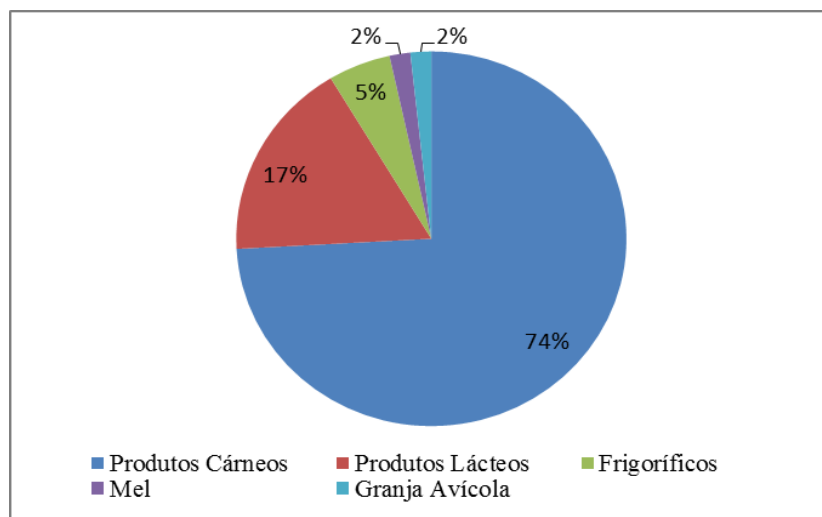


Figura 1 - Tipos de produção das agroindústrias de Santana do Livramento.

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Santana do Livramento (SIM, 2015).

Percebe-se que as agroindústrias de produção cárnea predominam com um índice maior de regularização e formalização, comparadas às demais atividades desenvolvidas nesse setor econômico do município. Isso confirma dados do Serviço de Inspeção Municipal (SIM, 2015) de que a maior produção agroindustrial é a de embutidos, constatada através dos mapas de produção de cada empreendimento, onde foi informada ao poder público municipal, no ano de 2014 uma produção de mais de 460 mil quilos de embutidos cárneos. Acredita-se que produtos dessa origem apresentam maiores demandas, por isso é evidente a procura em formalizar empreendimentos nesse ramo.

Sendo assim, torna-se necessário observar o mercado de trabalho gerado pelas agroindústrias. Para isso, apresenta-se a seguir a análise dos dados primários desta pesquisa, onde serão esclarecidas algumas características das agroindústrias dos empreendedores entrevistados. A Tabela 2 demonstra os dados de pessoal ocupado assalariado médio em cada setor agroindustrial pesquisado, bem como na diferenciação de agroindústria urbana e rural.

Tabela 2- Número médio de pessoal ocupado assalariado nas diferentes agroindústrias pesquisadas.

| Tipo de Agroindústria | Pessoal Ocupado Médio |
|------------------------|-----------------------|
| Frigorífico | 12,00 |
| Cárneos | 3,60 |
| Laticínios | 3,20 |
| Agroindústrias Urbanas | 4,33 |
| Agroindústrias Rurais | 4,00 |

Fonte: Dados da pesquisa.

As agroindústrias tem papel fundamental na geração de renda para o município, principalmente para as famílias do pessoal assalariado que atua como colaborador nas diversas produções de cada empreendimento. A Tabela 2 mostra a média de 3,6 pessoas ocupadas assalariadas nas agroindústrias do ramo cárneo; já o ramo frigorífico são em média 12 pessoas ocupadas assalariadas, porém neste ramo somente uma empresa participou desta pesquisa, por isso se observa uma média mais elevada. A agroindústria pesquisada que atua na produção de mel, não foi considerada

nestes dados, por que utiliza exclusivamente mão de obra familiar, sendo 50 (cinquenta) pessoas ocupadas no ramo apícola.

Cabe ressaltar o número similar de pessoal ocupado médio em agroindústrias urbanas e rurais. No entanto, o pessoal ocupado nas agroindústrias rurais é influenciado pelo grande número de pessoas ocupadas no frigorífico pesquisado. A maioria dos empreendedores entrevistados confirma que a produção de suas agroindústrias é suficientemente capaz de gerar o seu próprio sustento e de seus colaboradores. Ainda, destaca-se o papel dessas agroindústrias na ocupação da mão de obra familiar das empresas.

Quanto ao processo de regularização das 12 (doze) agroindústrias pesquisadas, 9 (nove) empreendedores afirmaram terem trabalhado por alguns anos sem regularização, o maior período de tempo relatado é de 50 anos na informalidade. Por outro lado, 3 (três) agroindústrias iniciaram as atividades mediante a expedição do registro legal. A Figura 2 demonstra o período de tempo em que os empreendedores entrevistados estão formalizados.

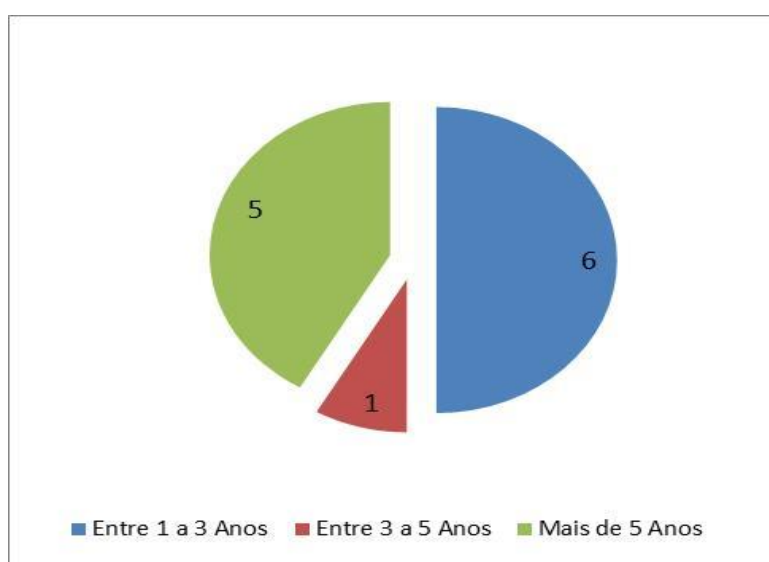


Figura 2 – Tempo de formalização das agroindústrias amostradas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre as agroindústrias pesquisadas existem empresas regularizadas no município desde o ano de 2006, segundo Serviço de Inspeção Municipal (SIM, 2015). Durante esta pesquisa os empreendedores mais antigos, afirmaram estarem com suas empresas consolidadas e financeiramente estáveis. O que também se constatou durante a aplicação das entrevistas é que, por curto espaço de tempo não houveram muitos empreendimentos efetivados; por outro lado, nos três últimos anos surgiram alguns novos empreendimentos no município, demonstrando um relevante interesse em investimentos nesse setor e o aumento dos registros de agroindústrias em diferentes tipos de produções.

No que diz respeito, ao tempo de espera dos empreendedores para que a documentação da agroindústria seja de fato expedida e o número de registro com o selo do Serviço de Inspeção Municipal seja liberado, tornando possível a comercialização com rotulagem nos produtos, será apresentado o tempo médio que as agroindústrias entrevistadas aguardaram para sua regularização.

Tabela 3- Tempo de regularização de diferentes tipos de agroindústrias de Santana do Livramento.

| Tipo de Agroindústria | Tempo Médio de Regularização (meses) |
|------------------------|--------------------------------------|
| Frigorífico | 3,00 |
| Cárneos | 11,40 |
| Laticínios | 13,80 |
| Agroindústrias Urbanas | 10,00 |
| Agroindústrias Rurais | 13,80 |

Fonte: Dados quantitativos da pesquisa.

A Tabela 3 demonstra que o tempo de regularização das agroindústrias difere em função do tipo de produção. Isso ocorre por que cada empreendimento apresenta estrutura diferente, dependendo da especificidade de sua produção. Alguns produtos como os laticínios apresentaram em média 13,8 meses para total regularização, pois necessitam de uma estrutura maior. No caso dos laticínios entrevistados, a maioria das agroindústrias foram construídas desde a planta, sendo capazes de suportar grande escala de produção, e ainda recebendo maquinários de outros estados e contando com subsídios federais, todos estes fatores também influenciam no tempo de espera para a efetivação da regularização. É relevante salientar, que os laticínios em sua grande maioria apresentaram tempo modal de 18 (dezoito) meses para total regularização.

Sobre os produtos cárneos, este ramo regulariza-se em menor tempo, em média em 11 (onze) meses. Para isso os empreendedores deste ramo justificam-se relatando que por se tratar de pequenas produções, em sua grande maioria embutidos, a estrutura física necessária é de pequeno porte, com algumas reformas e adaptações obtêm-se o local exigido.

Por sua vez a Tabela 3 traz o ramo frigorífico com o menor tempo médio de regularização (3 meses). Isso se deve pelo fato de que na época que o empreendimento realizou sua regularização algumas normas sanitárias ainda não existiam e não eram cobradas e obedecidas como hoje. Através da Tabela 3 pode-se fazer um paralelo entre agroindústrias urbanas e rurais. As urbanas apresentam o tempo médio de 10 meses e as rurais de 13,8 meses para a regularização. Essa diferença ocorre porque a maioria das agroindústrias urbanas é do ramo carne, e como foi citado anteriormente são empreendimentos de pequeno porte, com facilidade de acesso e adaptação física. Já as agroindústrias rurais são na maioria das vezes laticínios, os quais estão sujeitos ao clima, ao trajeto das estradas rurais e principalmente a construção de espaço físico maior. Em uma perspectiva geral, são necessários aproximadamente 12 meses para efetivar uma agroindústria no município de Santana do Livramento.

Quanto ao processo de regularização das agroindústrias, os empreendedores entrevistados citaram diversas dificuldades, que estão expostas no Quadro 1.

Quadro 1- Entraves durante a regularização das agroindústrias na visão dos empreendedores pesquisados.

| Problemas enfrentados durante a regularização das agroindústrias/ visão dos empreendedores |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Adequação do local; • Altos custos na construção ou adaptação de estrutura física; • Demora na expedição dos alvarás; • Demora na obtenção de licenças ambientais; • A falta de comunicação informatizada entre os órgãos públicos; • Processos públicos demasiadamente burocráticos. |

Pode-se observar que os problemas envolvem questões de cunho pessoal como valores para adaptar o futuro local de produção, que segundo todos os entrevistados são altos. Muitos empreendedores relatam que o custo final do empreendimento foge completamente do orçamento inicial, considerando até mesmo os serviços terceirizados como de engenheiros na confecção das plantas das agroindústrias, até maquinários para uso diário. Porém os empreendedores compreendem que tudo o que disponibilizaram para formalizar-se é um investimento necessário para seguir todas as exigências sanitárias, garantindo-lhes o controle de qualidade de seus produtos e a confiabilidade no mercado.

Ainda, problemas enfrentados pelas agroindústrias como impasses na documentação, liberação de alvarás e licenças, segundo os entrevistados, ocorre por falta de comunicação informatizada entre as repartições públicas responsáveis pelo processo de regularização dos empreendimentos. Os empreendedores relatam que, quanto aos serviços da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Santana do Livramento, tudo ocorre de forma eficaz, mas quando se trata dos demais órgãos públicos envolvidos o processo torna-se extremamente moroso.

Em relação ao processo de industrialização dos produtos e a comercialização dos mesmos, os entrevistados do meio rural afirmam que tudo ocorre através das mesmas pessoas, ou seja, é um ciclo, a preparação da matéria prima, a industrialização e venda do produto final, geralmente se desenvolve em família. Já os empreendedores do meio urbano utilizam mão-de-obra contratada, ou seja, colaboradores sem vínculo familiar, sendo assalariados.

Quanto à atuação de profissionais terceirizados ou assalariados, como o Responsável Técnico (RT) que cada agroindústria necessita para desenvolver sua produção, todos os empreendedores entrevistados relatam boa convivência com estes profissionais; estão cada vez mais atualizados em termos de legislação, prontos a sanar as dúvidas das agroindústrias. Também atuam diretamente no contato com o poder público resolvendo questões documentais e burocráticas, corretos quanto as suas responsabilidades acerca da qualidade dos produtos e das boas práticas dos empreendimentos. Todos os empreendedores entrevistados demonstraram verdadeiro apego e satisfação em relação a estes profissionais, sendo mencionada a seriedade com que os responsáveis técnicos exercem sua função técnica e no cuidado com a consolidação da empresa no mercado.

Sobretudo sabe-se que após a regularização das agroindústrias, alguns problemas são encontrados para a manutenção do negócio, e para melhor compreensão esses fatos, o Quadro 2 é exposto.

Quadro 2- Entraves após regularização das agroindústrias na visão dos empreendedores pesquisados.

| Problemas enfrentados após a regularização das agroindústrias/ visão dos empreendedores |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• A má conservação das estradas rurais;• Os altos custos e a quantidade dos exames microbiológicos dos produtos e da água;• A carência de políticas públicas municipais voltadas para as agroindústrias;• Manter a força de vontade e ânimo constantes diariamente;• A falta de mão de obra qualificada para as diferentes produções;• A elevação dos custos e a escassez de matéria prima em função da crise no país;• A demora na renovação de diversos alvarás;• Os altos custos tributários recolhidos pelas empresas; |

- O preconceito por partes de estabelecimentos mais antigos e de grande porte do município, em aceitar e fomentar a comercialização de produtos locais.
- Elevado custo para renovar maquinários e ampliar o espaço físico.

Fonte: Dados da pesquisa.

Por outro lado, sobre as melhorias que a regularização da agroindústria trouxe para cada empreendimento, os empreendedores entrevistados citaram diversos fatores que propiciam a evolução e consolidação das agroindústrias santanenses, que se observa no Quadro 3.

Quadro 3- Pontos positivos que a regularização de uma agroindústria proporciona aos empreendedores.

| Pontos positivos que a regularização trouxe as agroindústrias |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • A tranquilidade para a livre comercialização; • Produtos locais legalizados e inspecionados, sem contaminação; • O incentivo à comercialização com o selo de qualidade do Serviço de Inspeção Municipal; • A conscientização quanto à saúde pública, enquadrando todos os produtos nas normas sanitárias federais; • A satisfação em realizar um sonho de produzir e vender produtos confiáveis; • Saída da informalidade; • O alcance de novos mercados; • O aumento das vendas; • A melhoria das finanças da empresa e também da vida pessoal. |

Fonte: Dados da pesquisa.

Com isso, entende-se que os procedimentos para implantação de uma agroindústria vão ao encontro à realidade vivenciada pelos empreendedores pesquisados. A agroindústria tem papel fundamental no desenvolvimento econômico, isso se justifica por meio da agregação de valor aos produtos, resultantes do processo de agroindustrialização. Nesse caso, as agroindústrias, agregam valor aos produtos, seguindo as normas exigidas, industrializando a produção, desenvolvendo um produto que permaneça e expandindo o alcance a novos mercados.

A seguir é apresentada a análise das entrevistas aplicadas aos agentes públicos do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), Departamento Técnico Agropecuário (DTA) e a Patrulha Agrícola. Estes agentes atuam no processo de implantação, formalização e fiscalização das agroindústrias, bem como na consolidação de cada empreendimento, sendo vinculados à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Santana do Livramento.

Quanto à regularização das agroindústrias do município todos os agentes públicos entrevistados afirmam que o processo ocorre de forma legal, observando e obedecendo a legislação federal referente a esse setor, como por exemplo, a Regulamentação da Inspeção Industrial Sanitária de Produtos de Origem Animal de 1952, que trata sobre todos os parâmetros que empreendimentos agroindustriais devem seguir. Os agentes públicos esclarecem que não se consideram capazes de avaliar se é justo aos empreendedores as adaptações, os procedimentos e os documentos exigidos durante o processo de regularização de uma agroindústria, visto que como gestores da administração pública, seu dever é cumprir exatamente o que consta em lei. Mesmo assim, todos enfatizam que se forem solicitados auxílios por parte de futuros

empreendedores, estarão sempre dispostos a orientar e dar o suporte inicial, para que mais um novo empreendimento seja efetivado, visando o crescimento econômico do município.

Os agentes públicos entrevistados relataram que recebem visitas de futuros empreendedores solicitando informações iniciais sobre o processo de regularização de uma agroindústria. Para exemplificar, o agente público P1, apresentou um documento que esclarece o passo-a-passo que cada empreendedor deve providenciar para a formalização de uma agroindústria. Já o agente público P2 comentou que o seu setor está apto a agendar visita ao local do futuro empreendimento e, sendo fisicamente possível estabelecer uma agroindústria naquele local, é entregue ao futuro empreendedor um *check list* da documentação exigida em lei para seu estabelecimento.

Ainda sobre as normas e adaptações exigidas para a implantação de um empreendimento agroindustrial, os agentes públicos entrevistados foram unânimes dizendo que todos os procedimentos legais são indispensáveis por que seguem os princípios da legalidade, visam à saúde pública e a qualidade do produto final, garantido a livre comercialização no município.

O Quadro 4 demonstra como os agentes públicos entrevistados atuam no processo de formalização de uma agroindústria e no decorrer de suas atividades.

Quadro 4- Atuação do Poder Público na regularização das agroindústrias de Santana do Livramento.

| Órgão Público | Atuação |
|--|--|
| Serviço de Inspeção Municipal-SIM | Realiza todas as orientações e encaminhamentos para os demais setores, bem como vistorias prévias no local da futura agroindústria. Também fiscaliza o desenvolvimento das atividades, após a efetivação do empreendimento. |
| Departamento Técnico Agropecuário- DTA | Realiza as orientações e encaminhamentos referentes às licenças ambientais, podendo fornecer gratuitamente a prestação de serviços como, a confecção de plantas da agroindústria, bem como vistorias prévias no local do empreendimento. |
| Patrulha Agrícola | Realiza a prestação de serviços como colocação de balastro, criação de acessos, terraplanagem na construção das agroindústrias rurais e na continuidade das atividades do empreendimento, como serviços de pastagem. |

Fonte: Dados qualitativos da pesquisa.

Referente aos pontos mais críticos durante o processo de regularização de uma agroindústria, os agentes públicos entrevistados citaram alguns entraves que dificultam a efetivação dos empreendimentos. Assim, o Quadro 5 apresenta os principais entraves citados pelos diferentes setores públicos.

Quadro 5- Problemas enfrentados durante a regularização das agroindústrias em Santana do Livramento na visão do poder público municipal.

| Poder Público | Entraves durante a regularização de uma agroindústria |
|---------------------------------------|---|
| Serviço de Inspeção Municipal- SIM | Os processos documentais externos, realizados em outras secretarias demasiadamente burocráticos. |
| Departamento Técnico Agropecuário-DTA | A falta de uma legislação municipal específica para as agroindústrias, bem como o processo burocrático. |
| Serviço de Inspeção Municipal- SIM | Desconhecimento da legislação e a escolha de um responsável técnico ineficiente. |
| Patrulha Agrícola | A demora na liberação dos subsídios para os empreendedores rurais. |

Fonte: Dados qualitativos da pesquisa.

Os agentes públicos entrevistados também citaram os principais problemas enfrentados pelas agroindústrias após sua regularização, e como esses fatos afetam a sobrevivência das agroindústrias do município. As informações foram organizadas e apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6- Problemas enfrentados após a regularização das agroindústrias em Santana do Livramento na visão do poder público municipal.

| Poder público | Entraves após regularização das agroindústrias |
|---------------------------------------|--|
| Serviço de Inspeção Municipal- SIM | A falta de gestão nas agroindústrias e a deficiência na atuação de alguns responsáveis técnicos. |
| Departamento Técnico Agropecuário-DTA | Não observa problemas no que diz respeito a seu setor. |
| Serviço de Inspeção Municipal- SIM | As reclamações constantes por partes dos empreendedores sobre os custos das análises microbiológicas dos produtos. |
| Patrulha Agrícola | A falta de novos implementos para tornar mais eficaz à prestação de serviços nas agroindústrias rurais. |

Fonte: Dados qualitativos da pesquisa.

Por outro lado, no Quadro 7 pode-se observar a visão dos agentes públicos entrevistados, em relação a algumas potencialidades apresentadas pelas agroindústrias que se encontram efetivadas e atuantes no município.

Quadro 7- Potencialidades das agroindústrias na visão do Poder Público Municipal de Santana do Livramento

| Potencialidades das agroindústrias/ visão do poder público |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Os empreendedores aceitam, compreendem e acatam as diversas normas sanitárias exigidas em lei;• Demonstram uma conscientização de que para atuar no mercado e obter êxito devem prezar pela qualidade dos produtos;• As agroindústrias atuam com seriedade mantendo-se com alvarás e licenças ambientais atualizados;• Os empreendedores estão sempre atentos em manter-se em conformidade e solucionar os impasses diários de forma eficaz. |

Fonte: Dados qualitativos da pesquisa.

Sendo assim, entende-se que o poder público municipal, representado nesta pesquisa pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Santana do Livramento, trabalha na construção de um bom relacionamento com os empreendedores, disponibilizando as orientações e o suporte necessário tanto no momento de formalização das agroindústrias, quanto no decorrer de suas atividades de produção. Isso se dá através da atuação de agentes públicos, capacitados e comprometidos com a evolução desse setor econômico no município. Com isso, pode-se observar que o poder público municipal corrobora o referencial teórico abordado nesta pesquisa, quando diz que para que ocorra crescimento dos empreendimentos, os mesmos devem enquadrar-se nas normas e regulamentações sanitárias que tem por objetivo o bem estar público e a consolidação das empresas, proporcionando confiabilidade e êxito na comercialização dos produtos através de seu registro legal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa percebeu-se a visão dos agentes públicos municipais, representados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Santana do Livramento, quanto aos empreendedores responsáveis pelas agroindústrias do município, constatou-se que os agentes públicos envolvidos nesse setor econômico, não apresentam dificuldades em advertir e orientar os empreendedores sobre aspectos diários da produção nas agroindústrias, sendo assim não observam resistência por parte das agroindústrias, em enquadrar-se na legislação sanitária vigente. Os servidores também identificam que a gestão pública municipal, carece de uma urgente modernização, que propicie o rápido andamento de simples processos, mas enquanto isso não ocorre, trabalham na tentativa de suprir a demanda das agroindústrias em processo de regularização, bem como as que já estão efetivadas.

Outro aspecto resultante desta pesquisa é a percepção que os empreendedores proprietários das agroindústrias amostradas têm quanto ao poder público municipal envolvido no processo de regularização, implantação e consolidação das agroindústrias do município. Os empreendedores consideram o poder público como aliado de seus empreendimentos, tecem boas referências aos agentes públicos envolvidos nesse setor das agroindústrias, eliminando a hipótese de divergências entre ambos.

Através desta pesquisa foi possível conhecer e descrever o perfil da amostra de agroindústrias santanenses pesquisadas. São empreendimentos bem consolidados em estrutura física e em crescente desenvolvimento financeiro, empresas conscientes do exercício de suas atividades. Em sua grande maioria atuam no ramo dos cárneos e

buscam constantemente a qualidade sanitária e alimentar do produto final. Rodeiam-se de profissionais qualificados e capacitados, desempenhando a função de *staff* em seus empreendimentos; há também as agroindústrias familiares que são de pequeno porte e se encontram em processo evolutivo, envolvidas no alcance de novos mercados através da qualidade de suas produções.

Por outro lado, foi de suma importância identificar quais os pontos críticos que envolvem as agroindústrias após sua efetivação, fatos que em certos momentos tornam inviável o bom andamento dos empreendimentos. A partir da visão dos empreendedores se contataram fatos como a má conservação das estradas rurais que dificultam o acesso e a saída para a comercialização dos produtos; os altos custos e a quantidade dos exames microbiológicos dos produtos e da água; a carência de políticas públicas municipais voltadas para as agroindústrias; a falta de mão de obra qualificada para as diferentes produções; a escassez de matéria prima em função da crise no país, bem como seu alto valor no mercado; a demora na renovação de diversos alvarás exigidos pelo poder público; a elevação dos custos tributários recolhidos pelas empresas, bem como na renovação maquinários e ampliação do espaço físico. Ainda, um fator que desestimula atuação dos empreendedores pesquisados, é o preconceito por partes de estabelecimentos mais antigos e de grande porte do município em aceitar e fomentar a comercialização de produtos locais, com isso estes fatos exigem do empreendedor manter o bom ânimo, o estímulo e a força de vontade constante em seu cotidiano de trabalho.

Sendo assim, este artigo não tem o objetivo de esgotar o tema aqui proposto, mas trazer à tona novas questões relativas ao processo de implantação e consolidação de agroindústrias no município de Santana do Livramento, bem como esclarecer sobre a real percepção tanto do setor privado, quanto do setor público. Portanto, sugere-se para futuras pesquisas uma abordagem em uma amostra maior de agroindústrias, fato que não foi possível realizar nesta pesquisa em função do tempo e acesso aos empreendedores. Também sugere-se que novos questionamentos sejam levantados, a fim de produzir ações de extensão como uma cartilha popular, de cunho explicativo para futuros empreendedores que desejam inserir-se nesse ramo econômico, propiciando mais clareza e exatidão quanto aos procedimentos para a implantação de uma agroindústria.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. 4. reimp. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Gestão Agroindustrial**. 2.reimp. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BATISTA, Ieda Hortêncio, ALBUQUERQUE, Carlossandro Carvalho de. **Desenvolvimento sustentável: novos rumos para a humanidade**. Revista Eletrônica Aboré. Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo. ed.3, 2007.

BRASIL, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em: 31 de maio de 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

EMATER. **Agroindústria familiar.** Disponível em:

<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/agregacao-de-valor/agroindustria-familiar.php#.VX7__PIVikp>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

GIL, Antonio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAIR, Jr., Joseph F.. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.**

Tradução: Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** Tradução Laura Bocco. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MENDES, Judas Tadeu Grassi, JUNIOR, João Batista Padilha. **Agronegócio: uma abordagem econômica.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

OLIVEIRA, Júlia Sandoval. **Estratégias de marketing utilizadas em organizações o agronegócio canavieiro: estudos de caso da região.** Ano: 2008.

RAMOS, Pedro (Org.). **Dimensões do Agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas.** Brasília: MDA, 2007.

RIO GRANDE DO SUL, Lei 13.921 de 17 de janeiro de 2012. **Política Estadual de Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul.** Disponível em:

<<http://www.emater.tche.br/site/arquivos/agroindustria/Lei%2013.921.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTANA DO LIVRAMENTO. **Serviço de Inspeção Municipal- SIM,** 2015.

TORRES, Jorge Eduardo Hamilton. **A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida: Estudo de caso sobre a caracterização e análise Sócio-econômica da pecuária familiar no Município de Sant´Ana do Livramento/RS.** Monografia de Pós Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Porto Alegre, 2001. Disponível em:

<http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Jorge_torres.pdf>. Acesso em 5 de dezembro de 2015.

ZUIN, Luís Fernando Soares, QUEIROZ, Timóteo Ramos (et al.). **Agronegócio: gestão e inovação.** São Paulo: Saraiva, 2006.